

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SEMIL.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA.

EDITAL CONJUNTO DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES SEMIL/SAA Nº 001/2024.

PROVA OBJETIVA.

CARGO: ESPECIALISTA AMBIENTAL III P/ ESPECIALISTA AMBIENTAL IV.

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Durante a realização da prova não será permitido a comunicação entre os servidores, nem qualquer espécie de consulta ou a utilização de códigos, livros, manuais, impressos ou anotações, telefone celular, tablet ou similares, gravador ou de qualquer material que não seja o estritamente permitido, nem o uso de relógio (de qualquer espécie/tipo), de boné/gorro/chapéu ou similares, de óculos de sol e de protetores auriculares.
2. O servidor cujo celular e/ou aparelho(s) eletrônico(s), mesmo desligado(s), emitir(em) qualquer som, durante a realização das provas, poderá ser eliminado deste concurso de promoção.
3. O servidor poderá manter em cima da sua carteira apenas lápis, borracha, caneta, um documento de identificação, lanche, (exceto líquido). **Outros pertences**, antes do início das provas, o candidato deverá acomodá-los **embaixo de sua cadeira**, sob sua guarda e responsabilidade.
4. Confira se a sua prova tem **64 questões**, cada qual com **05 alternativas**, veja se o cargo para o qual se inscreveu, está correto.
5. Verifique seus dados no cartão-resposta, (nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu), **ASSINE** o mesmo.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica, (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas, diferentemente, do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
7. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A Prova Objetiva terá duração máxima de 3 (três) horas e meia, incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá se retirar do local da prova somente **1h, (uma hora)**, após seu início, levando seu caderno de prova.
11. Ao terminar sua prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido, assinado e retirar-se do recinto, onde está ocorrendo a mesma, não lhe sendo mais permitido o uso do banheiro e bebedouro.
12. Os **3, (três)**, candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS AMBIENTAIS.

01. Nos termos da Lei Complementar n.º 140, de 8 de dezembro de 2011, atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e marque a alternativa correspondente.

() As ações de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverão ser desenvolvidas de modo a atingir os objetivos previstos no art. 3º, da Lei Complementar n.º 14/2011 e garantir o desenvolvimento sustentável, harmonizando e integrando todas as políticas governamentais.

() A lei poderá estabelecer regras próprias para atribuições relativas à autorização de manejo e supressão de vegetação, considerada a sua caracterização como vegetação primária ou secundária em diferentes estágios de regeneração, assim como a existência de espécies da flora ou da fauna ameaçadas de extinção.

() Constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum a que se refere à Lei Complementar n.º 14/2011, garantir a uniformidade da Política Ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais, entre outros.

a) F – V – V.

b) V – F – V.

c) V – V – F.

d) V – F – F.

e) V – V – V.

02. [...] órgãos ou entidades integrantes da administração estadual direta, indireta e fundacional, cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental, de vida, ou àqueles de disciplinamento de uso dos recursos ambientais e os responsáveis por controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o Meio Ambiente.

O texto define:

a) Órgãos Locais.

b) Órgãos Executores.

c) Órgãos Setoriais.

d) Órgãos Centrais.

e) Órgãos Regulamentadores.

03. Considere a Lei n.º 14133, de 1º de abril de 2021, para assinalar a alternativa correta.

(i) A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima, admitida para fins de enquadramento, como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

(ii) Lei n.º 14133/2021, aplica-se a alienação e concessão de direito real de uso de bens; compra, inclusive por encomenda; locação; concessão e permissão de uso de bens públicos; prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; obras e serviços de arquitetura e engenharia; contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

(iii) A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

(iv) O processo licitatório tem por objetivos: assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; evitar contratações com sobrepreço ou com preços, manifestamente, inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; incentivar a

inovação e o desenvolvimento nacional sustentável; estabelecer preferências em razão da sede ou do domicílio dos licitantes.

Sobre as assertivas é procedente afirmar:

- a) Somente (i), (ii) e (iv) são verdadeiras.
- b) Somente (i), (ii) e (iii) são verdadeiras.
- c) Somente (ii) e (iii) são verdadeiras.
- d) Somente (ii), (iii) e (iv) são verdadeiras.
- e) (i), (ii), (iii) e (iv) são verdadeiras.

04. À luz da Lei n.º 12527, de 18 de novembro de 2011, atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e marque a alternativa correta.

() Cabem aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

() É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente, de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

() Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

() O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá atendê-lo, em prazo não superior a 15 dias.

- a) V – V – V – V.
- b) V – F – F – V.
- c) F – V – V – V.
- d) V – V – F – V.
- e) V – V – V – F.

05. Considere o Decreto n.º 60428, de 08 de maio de 2014, para assinalar a alternativa correta.

I- As divergências entre os agentes públicos serão solucionadas mediante coordenação administrativa, cabendo manifestação pública sobre matéria estranha à área de atuação de cada um, exceto críticas de ordem pessoal.

II- Havendo indício de violação deste Código, a Comissão dará ciência ao respectivo agente, que poderá manifestar-se no prazo de quinze dias.

III- Durante a apuração, que terá caráter de informalidade e oralidade, usando preferencialmente meios eletrônicos, poderão ser produzidas provas documentais.

IV- O primeiro mandato da Comissão Geral de Ética observará os seguintes períodos, objetivando evitar a coincidência total de mandatos: um ano, para três membros e um suplente; dois anos, para dois membros e um suplente.

É(são) verdadeiro(s) o(s) item(ns):

- a) III somente.
- b) II, IV somente.
- c) I e III somente.
- d) II e III somente.
- e) I, II, III e IV.

06. Marque a alternativa que está em desacordo com a Lei n.º 8429, de 2 de junho de 1992.

- a) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- b) Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público

ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente, a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro, que tenha enriquecido, ilicitamente, ou causado dano ao patrimônio público.

c) Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade, para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992.

d) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado, no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

e) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

07. À luz da Lei n.º 10261, de 28 de outubro de 1968, indique a alternativa verdadeira.

I- As provas serão avaliadas na escala de 0, (zero) a 100, (cem) pontos, aos títulos serão atribuídos, no máximo, 20 pontos, (vinte).

II- A transferência será feita para cargo do mesmo padrão de vencimento ou de igual remuneração, ressalvados os casos de transferência a pedido, em que o vencimento ou a remuneração poderá ser inferior.

III- O afastamento sem prejuízo de vencimentos poderá ser condicionado ao reembolso das despesas efetuadas pelo órgão de origem, na forma a ser estabelecida em regulamento.

IV- O funcionário poderá afastar-se do Estado para atuar em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, mediante autorização expressa do Governador, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo.

V- Vencimento é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor do respectivo padrão fixado em lei, mais as vantagens a ele incorporadas para todos os efeitos legais.

São corretos somente os itens:

a) I e III.

b) I, III, IV e V.

c) II, III e V.

d) II, III, IV e V.

e) III, IV e V.

08. Em conformidade com a Lei n.º 6.38/1981, assinale os itens com (V) verdadeiro ou (F) falso e marque a alternativa correta.

() A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

() As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º, da Lei n.º 6.938/1981.

() Integrarão, também, o CONAMA, entre outros, representantes dos Governos dos Estados, indicados de acordo com o estabelecido em regulamento, podendo ser adotado um critério de delegação por regiões, com indicação alternativa do representante comum, garantida sempre a participação de um representante dos Estados em cujo território haja área crítica de poluição, assim considerada por decreto federal.

- a) V – V – V.
- b) F – F – V.
- c) V – F – V.
- d) F – V – V.
- e) V – V – F.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.

09. De acordo com o art. 4º, do Decreto nº 64456, de 10 de setembro de 2019, que dispõe sobre o procedimento para apuração de infrações ambientais e imposição de sanções, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, e dá providências correlatas, por ocasião da lavratura do Auto de Infração Ambiental, o respectivo agente, no uso de seu poder de polícia, poderá adotar, ainda, as seguintes medidas administrativas:

I- Apreensão.

II- Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas.

III- Suspensão: a) de venda ou fabricação de produto; b) parcial ou total de atividades.

IV- Destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração.

V- Demolição.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas III e IV estão corretas.
- e) Apenas I, III, IV e V estão corretas.

10. Nos termos do Decreto nº 64456, de 10 de setembro de 2019, art. 11, que dispõe sobre o procedimento para apuração de infrações ambientais e imposição de sanções, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, e dá providências correlatas, assinale a alternativa que complete, devidamente, as lacunas.

O autuado poderá ser representado no Atendimento Ambiental por _____, que deverá apresentar o respectivo _____”.

- a) familiar com documento de identificação, CPF
- b) procurador legalmente constituído, instrumento de mandato
- c) procurador com RG e CPF, procedimento de autuação
- d) procurador parcialmente instituído, instrumento de concessão
- e) procurador legalmente constituído, argumento invocado

11. Em conformidade com a Resolução SIMA nº 05, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas e dá providências correlatas, assinale a alternativa que complete, acertadamente, o art. 29 – Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Multa de _____ por indivíduo.

- a) R\$ 2.000,00, (dois mil reais)
- b) R\$ 3.500,00, (três mil e quinhentos reais)
- c) R\$ 3.000,00, (três mil reais)
- d) R\$ 1.000,00, (mil reais)
- e) R\$ 4.000,00, (quatro mil reais)

12. De acordo com a Resolução SIMA nº 05, de 18 de janeiro de 2021, dispõe sobre as condutas infracionais ao Meio Ambiente e suas respectivas sanções administrativas e dá providências correlatas, leia o texto, depois atribua (C) para certo e (E) para errado, depois

assinale a alternativa com a sequência correta.

Art. 101 - A destinação dos animais silvestres apreendidos será realizada pela autoridade ambiental, observados os seguintes critérios, por ordem de prioridade:

() Quando a captura for recente e quando a espécie pertencer à fauna nativa do Estado e tiver ocorrência no local, o animal silvestre apreendido capaz de sobrevivência em vida livre será preso imediatamente.

() Quando não ocorrerem as condições especificadas no inciso I, ou a critério da autoridade ambiental, a soltura for arriscada, o animal silvestre apreendido será destinado a empreendimentos de fauna silvestre, devidamente, autorizados pelo órgão ambiental competente ou a qualquer estabelecimento onde possa ser depositado, sob a responsabilidade de técnico habilitado para o manejo de fauna silvestre, até que a soltura seja possível ou outra destinação seja decidida.

() Em último caso, na impossibilidade de atender os incisos I e II, o animal silvestre apreendido será destinado à guarda doméstica provisória, com comunicação ao órgão gestor da fauna no Estado de São Paulo.

- a) C – C – C.
- b) E – C – C.
- c) C – E – C.
- d) C – E – E.
- e) C – C – E.

13. De acordo com a Resolução SMA nº 51, de 31 de maio de 2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental, assinale a alternativa que não está de acordo com a mesma.

a) A pessoa física ou jurídica que houver sido autuada por cometimento de Infração administrativa ambiental, poderá pleitear a conversão da multa simples em prestação de serviço ambiental, objetivando a preservação, melhoria e recuperação da qualidade do Meio Ambiente.

b) Os serviços ambientais decorrentes da conversão de multa serão prestados no âmbito dos projetos de restauração ecológica, que se encontram na “Prateleira de Projetos” do Programa Nascentes.

c) Havendo medidas de reparação do dano estabelecidas pela área técnica, o benefício da conversão somente poderá ser dado após o interessado firmar o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA – da área que foi objeto de autuação, previsto no art. 26 do Decreto Estadual n.º 60.342, de 04 de abril de 2014, demais normas em vigor.

d) A conversão da multa em serviço ambiental deverá ser requerida no ato do Atendimento Ambiental, a que se referem os arts. 7º a 12, do Decreto Estadual n.º 60342, de 04 de abril de 2014.

e) A conversão poderá ser realizada em até 50%, (cinquenta por cento), do valor parcelado da multa, devendo o restante ser recolhido ao Fundo de Despesa para a Prestação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - FPBRN.

14. O _____ capacitará periodicamente os policiais da Polícia Militar Ambiental sobre o uso das informações provenientes do MAIS, buscando o aprimoramento contínuo da atividade, (Art. 6º, da Resolução SMA nº 92, de 23 de julho de 2018, que dispõe sobre o Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites – MAIS).

Assinale a alternativa que complete, apropriadamente, a lacuna.

- a) Centro de Imagens coletivas
- b) Controle de aferição Ambiental
- c) Agrupamento de Projetos
- d) Centro de Monitoramento
- e) Centro de Investigações Emergenciais

15. Verifique o art. 7º, retirado da Resolução SMA nº 92, de 23 de julho de 2018, que dispõe sobre o Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites – MAIS – e dá providências correlatas, assinale a alternativa correta.

Poderão ser emitidos Autos de Infração Ambiental, prescindindo da fiscalização in loco,

considerando-se como provas materiais para este fim as informações geradas por meio do MAIS, desde que demonstrem a existência do:

- a) Dano ambiental com alto grau de segurança.
- b) Dano material com baixo grau de segurança.
- c) Desmatamento e questões administrativas de seguridade.
- d) Meio de conservação ambiental.
- e) Abastecimento da atividade poluidora com baixo grau de segurança.

16. No art. 1º, da Portaria MMA nº 253, de 18 de agosto de 2006, consta: Instituir, a partir de 1º de setembro de 2006, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Documento de Origem Florestal - DOF em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF.

§ 1º Entende-se por DOF:

- a) A licença facultativa para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, contendo as informações sobre a procedência dos mesmos, gerado pelo sistema eletrônico denominado Sistema - DOF.
- b) A licença voluntária para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, contendo as informações sobre a procedência dos mesmos, gerado pelo sistema eletrônico denominado Sistema - DOF.
- c) A licença de sistemas que operem apenas nas condições visuais diurnas.
- d) A licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, contendo as informações sobre a procedência dos mesmos, gerado pelo sistema eletrônico denominado Sistema - DOF.
- e) A licença facultativa de referência do centro geométrico para transporte de produtos.

BIODIVERSIDADE.

17. A Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Levando-se em consideração o art. 2º, relacione as colunas e escolha a alternativa com a ordem correta.

Coluna I.

A- Recurso ambiental.

B- Preservação.

C- Proteção integral.

Coluna II.

1- () Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

2- () Conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

3- () A atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

- a) A (1) – B (3) – C (2).
- b) A (3) – B (2) – C (1).
- c) A (2) – B (1) – C (3).
- d) A (3) – B (1) – C (2).
- e) A (1) – B (2) – C (3).

18. De acordo com a Lei n.º 9985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, o art. 5º, O SNUC será regido por diretrizes que: I- Assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e, ecologicamente, viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do Território Nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o

_____ existente.

Assinale a alternativa que complete, corretamente, a lacuna.

- a) patrimônio biológico
- b) habitat simplificado
- c) acesso hídrico
- d) patrimônio histórico
- e) suporte originário

19. Segundo a Lei n.º 9985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, verifique o art. 8º, o grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I- Estação Ecológica.

II- Reserva Biológica.

III- Parque Nacional.

IV- Monumento Natural.

V- Refúgio de Vida Silvestre.

De acordo com a referida lei assinale a alternativa correta.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
- e) Apenas II, III e V estão corretas.

20. O Decreto n.º 66549, de 07 de março de 2022, disciplina a aplicação, no âmbito do Estado de São Paulo, da Lei federal n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021, institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA, o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PPSA - e o Cadastro Estadual de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais e dá providências correlatas. Verifique o art. 11 - A participação de pessoas físicas e jurídicas, como provedores de serviços ambientais, nos Projetos de PSA, será condicionada à comprovação do uso ou ocupação regular do imóvel a ser contemplado e à adequação do mesmo em relação à legislação ambiental ou, se for o caso, à assinatura de _____, no qual deverão ser estabelecidos as

obrigações e os prazos para o cumprimento do que dispõe a legislação ambiental.

Assinale a alternativa que conclui, adequadamente, a lacuna.

- a) Termo de Compromisso do Projeto Águas
- b) Termo de Rescisão de Multa Ambiental
- c) Contrato de Prestação de Serviços
- d) Contrato de Pagamento de Multa licitatória
- e) Termo de Compromisso de Adequação Ambiental

21. O Decreto n.º 66549, de 07 de março de 2022, disciplina a aplicação, no âmbito do Estado de São Paulo, da Lei federal n.º 14119, de 13 de janeiro de 2021, institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA, o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PPSA - e o Cadastro Estadual de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais e dá providências correlatas. Verifique o art. 21 - A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente providenciará, em até _____, o Sistema Eletrônico para Apoio à Gestão de Projetos de PSA - Sistema PSA/SP, que deverá ser integrado ao Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica – SARE, sempre que houver a previsão de incentivos a ações de restauração, tendo por objetivo apoiar a gestão dos projetos pelos órgãos executores.

Assinale a alternativa que complete, acertadamente, a lacuna.

- a) 90 dias
- b) 30 dias
- c) 180 dias

- d) 60 dias
- e) 120 dias

22. De acordo com a Decisão 15/4 do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, a natureza representa os diferentes conceitos das distintas pessoas, incluindo a:

- a) Mãe Terra, os sistemas de vida e a disputa entre municípios.
- b) Biodiversidade e governo federal apenas.
- c) Adoção de decisões coletivas e vontades políticas com o apoio da população local.
- d) Biodiversidade, os ecossistemas, a Mãe Terra e os sistemas de vida.
- e) Implementação de sanções específicas e marcos biológicos.

23. Segundo a Resolução SMA n.º 32, de 03 de abril de 2014, que estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo e dá providências correlatas, no art. 2º - para efeito desta Resolução, entende-se por Espécie Nativa:

- a) Técnicas que auxiliem a colonização e o subdesenvolvimento dos indivíduos vegetais nativos presentes na área, inclusive por meio de coroamento, controle de gramíneas exóticas, técnicas de nucleação, entre outros.
- b) Espécie, subespécie ou táxon inferior ocorrente dentro de sua área de distribuição natural.
- c) Espécimes vegetais nativos oriundos de regeneração da biodiversidade, ou seja, que não foram plantados ou semeados pelo restaurador.
- d) Comunidade de plantas em seu sistema de origem, dotada de características próprias e adaptadas ao meio e às interações ecológicas ali presentes.
- e) Espécie, subespécie ou táxon inferior introduzido ou reproduzido fora de sua área natural de distribuição, incluindo qualquer parte, gametas, sementes, ou propágulos dessa espécie que possam sobreviver e, posteriormente, reproduzir-se.

24. De acordo com a Resolução SMA n.º 32, de 03 de abril de 2014, que estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas, Art. 7º - Fica instituído o _____, com a finalidade de registro, _____ e apoio às iniciativas e projetos de restauração ecológica no Estado de São Paulo.

Assinale a alternativa que finalize, apropriadamente, a lacuna.

- a) Sistema Manual de Atendimento à Restauração Ecológica – SARE, monitoramento
- b) Serviço Imersivo de Apoio à Recuperação Ecológica – SARE, implicação
- c) Sistema Ambiental de Apoio à Interação Ecológica – SAIE, monitoramento
- d) Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica – SARE, monitoramento
- e) Sistema Ambiental de Acompanhamento à Retificação Ecológica – SARE, implicação

USO E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE.

25. A partir da Resolução SMA n.º 92, de 14 de novembro de 2014, marque a alternativa correta.
I- Todos os empreendimentos ou atividades que utilizem ou manejem fauna silvestre, deverão estar cadastrados no Sistema Integrado de Gestão da Fauna Silvestre do Estado de São Paulo – GEFAU - manter seus dados atualizados para fins de solicitação e emissão de autorizações e, ainda, para consultas e fiscalização dos órgãos ambientais.

II- As informações requeridas pelo Departamento de Fauna, da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - DeFau/CBRN - dos empreendimentos ou atividades, independentemente do cadastro ou sistema federal, deverão ser inseridas no Sistema Integrado de Gestão da Fauna Silvestre do Estado de São Paulo - GEFAU - para fins de regularidade perante o órgão ambiental estadual.

III- O transporte de animais silvestres com origem em empreendimentos ou atividades de uso ou manejo de fauna silvestre, cadastrados no Departamento de Fauna, da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - DeFau/CBRN, deverá ser realizado acompanhado de Autorização de Transporte para a finalidade a que se destina.

É correto o que está posto no(s) item(ns):

- a) I e III apenas.
- b) I e II apenas.
- c) III apenas.
- d) II apenas.
- e) I, II e III.

26. Aprecie os itens à luz da Resolução SIMA 011/21, de 03 de fevereiro de 2021 e marque a alternativa correspondente.

I- Os interessados na criação de abelhas-nativas-sem-ferrão, para quaisquer fins ou tamanho da criação, deverão se cadastrar na categoria Meliponário e obter, por meio de procedimento único e simplificado, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Fauna Silvestre do Estado de São Paulo - GEFAU, autorização de Uso e Manejo de Fauna Silvestre para as espécies de interesse.

II- A inclusão de novas espécies no plantel de Meliponário com Autorização de Uso e Manejo vigente, poderá ocorrer a qualquer tempo mediante solicitação, resultando na emissão de nova Autorização de Uso e Manejo de Fauna Silvestre, contemplando todas as espécies autóctones de interesse e prazo restante da autorização anterior que será cancelada.

III- As colônias adquiridas por meio de ninhos-isca, resgatadas na natureza, recebidas em depósito ou guarda provisória, não poderão ser comercializadas ou transferidas do plantel do Meliponário, ao qual foi primariamente destinada, estando autorizadas as atividades previstas no caput para as colônias resultantes de sua multiplicação.

IV- O funcionamento de estabelecimentos comerciais no Estado de São Paulo, que vendam produtos e subprodutos das abelhas-nativas-sem-ferrão, está dispensado dos procedimentos autorizativos definidos por esta Resolução, exceto quando não envolver partes da colônia ou espécimes.

São verdadeiros somente os itens:

- a) I, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II e IV.
- e) I e III.

27. Indique a alternativa incorreta, de acordo com a Resolução SIMA n.º 115, de 21 de dezembro de 2022.

- a) A Autorização de Manejo in Situ poderá estabelecer outras atividades específicas não permitidas para o caso concreto.
- b) As ações de manejo in situ autorizadas, poderão ser objeto de vistoria técnica a qualquer momento.
- c) Material biológico testemunho: indivíduos ou partes destes coletados com a finalidade de depósito em coleções científicas para servir como referência na identificação da espécie.
- d) No momento da solicitação da Autorização de Manejo in Situ, deverão ser indicados os profissionais técnicos responsáveis e auxiliares que participarão da ação de manejo.
- e) Controle biológico: autoriza o manejo voltado ao controle da natalidade de população de espécie alvo por meio de métodos químicos ou cirúrgicos.

28. O art. 9º, da Resolução SEMIL n.º 025, de 10 de março de 2024, estabelece que deverão ser adotados indicadores mínimos, no monitoramento das ações de soltura de fauna silvestre, com vistas a avaliar as diversas metodologias adotadas.

Os indicadores deverão demonstrar os impactos positivos ou negativos decorrentes das ações de soltura sobre, exceto:

- a) As populações ou comunidades de fauna silvestre residentes.
- b) A finalidade da soltura.
- c) As atividades humanas no entorno da área onde foi realizada a soltura.
- d) Os espécimes objeto de soltura.
- e) O ecossistema onde foi realizada a soltura.

29. Conforme Instrução Normativa IBAMA n.º 10, de 19 de setembro de 2011, os criadores amadores com plantel acima de _____ aves que não tenham interesse na mudança de categoria para criador comercial nem queiram se desfazer de seu plantel excedente, poderão permanecer como criador amador, ficando vedada a transferência de entrada no plantel e a reprodução das aves.

Marque a alternativa que complete, corretamente, a lacuna.

- a) 50
- b) 100
- c) 150
- d) 200
- e) 250

30. Assinale a alternativa inverídica sobre conflitos e coexistência entre humanos e animais selvagens.

a) Os conflitos entre humanos e animais selvagens, normalmente, contém elementos de interação, intenção ou recorrência, ligados a tensões sociais subjacentes, geralmente, envolvem espécies de interesse para a conservação.

b) As tentativas de gerenciar conflitos rapidamente, sem levar em consideração os elementos sociopolíticos e biológicos subjacentes, podem exacerbar a tensões preexistentes e transformar os conflitos entre humanos e animais selvagens em divergências intratáveis, nas quais as partes se polarizam.

c) Compreender os valores, as normas sociais, as crenças, a cultura, a economia, as interações entre as partes interessadas e outros fatores sociais e políticos é fundamental para o planejamento e a implementação de qualquer iniciativa de mitigação de conflitos entre humanos e animais selvagens.

d) A caça ilegal de animais selvagens é necessariamente um conflito entre humanos e estes animais se eles estiverem sendo abatidos apenas com a o motivação de obter carne, partes do corpo ou um troféu, por motivos comerciais, recreativos ou culturais.

e) A chave para o sucesso e a sustentabilidade de qualquer projeto ou iniciativa de conflito entre humanos e animais selvagens é o desenvolvimento de uma forma colaborativa de trabalho. Para isso, os administradores ou a equipe do projeto precisam construir um relacionamento com as comunidades afetadas e outras partes envolvidas, mantendo-se conscientes de suas próprias posições.

31. Leia as assertivas, retiradas do Relatório Temático sobre Espécies Exóticas Invasoras e indique a incorreta.

a) O tucunaré é nativo em toda Bacia do Alto Rio Paraná, com exceção do Rio Iguaçu, onde foi introduzida de forma intencional para pesca esportiva, se estabeleceu e pode estar causando impactos sobre a fauna nativa.

b) Os impactos causados por espécies exóticas invasoras podem se dar nos âmbitos econômico, social/cultural e ambiental, e também à saúde humana.

c) Espécies exóticas invasoras são atualmente reconhecidas como um dos maiores vetores diretos relacionados à perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, essenciais ao bem-estar humano.

d) Introduções não-intencionais de espécies podem ocorrer por meio de vias e vetores de comércio e viagens, tais como no caso de parasitas e patógenos de espécies comercializadas, organismos aderidos em cascos de navios e em rodas de veículos, organismos transportados via água de lastro e tanques de aquicultura.

e) Espécies exóticas invasoras são plantas, animais e micro-organismos que são introduzidos intencional ou não intencionalmente por ação humana em locais fora da sua área de distribuição natural.

32. A Resolução Conama n.º 489, de 26 de outubro de 2018, não se aplica à atividades/empreendimentos de quarentenários oficiais vinculados ou credenciados pelo(a) _____, com finalidade de importação e exportação de animais.

- a) Secretaria de Meio Ambiente Infraestrutura e Logística

- b) Conselho Nacional do Meio Ambiente
- c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- d) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- e) Ministério do Meio Ambiente

EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

33. Segundo a Lei n.º 12780, de 30 de novembro de 2007, são alguns dos objetivos fundamentais da Educação Ambiental no Estado de São Paulo, exceto:

- a) O estímulo à cooperação entre as diversas Regiões do Estado e do País, em níveis micro e macrorregionais.
- b) O respeito e valorização da pluralidade, da diversidade cultural e do conhecimento e práticas tradicionais.
- c) A promoção da regionalização e descentralização de programas, projetos e ações de Educação Ambiental.
- d) O incentivo à formação de grupos voltados para as questões socioambientais nas instituições públicas, sociais e privadas.
- e) A garantia da democratização e a socialização das informações socioambientais.

34. Em cumprimento à Resolução SMA n.º 33, de 12 de maio de 2017, a coordenação do Comitê de Integração de Educação Ambiental caberá à:

- a) Coordenadoria de Planejamento Ambiental.
- b) Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
- c) Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.
- d) Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais.
- e) Coordenadoria de Educação Ambiental.

35. Em qual alternativa consta um princípio geral para ações de Educação Ambiental no Sistema Ambiental Paulista, conforme a Resolução SMA n.º 187, de 19 de dezembro de 2018?

- a) Avaliação de Impactos Ambientais.
- b) Indução de Políticas Públicas em Meio Ambiente em Municípios.
- c) Gestão integrada dos recursos hídricos.
- d) Compreensão da Educação Ambiental como processo educador estruturante, em perspectiva crítica e complexa.
- e) Mitigação, adaptação e ampliação da capacidade de resiliência, frente às mudanças climáticas.

36. Atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e marque a alternativa correta, considerando-se o Decreto n.º 63456, de 05 de junho de 2018.

() Caberá às Secretarias do Meio Ambiente e da Educação, na qualidade de órgãos coordenadores da Política Estadual de Educação Ambiental, de forma paritária, prover suporte administrativo, financeiro e operacional à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo - CIEA, podendo contar com o apoio dos órgãos e entidades integrantes da Administração Estadual direta e indireta.

() Os órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo deverão, além das atribuições estabelecidas no art. 22, da Lei Estadual n.º 12780/2007, que serão exercidas nos limites de suas funções institucionais, promover a formação permanente e continuada em Educação Ambiental do seu quadro de servidores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como as repercussões do processo laborativo no Meio Ambiente.

() Os representantes das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental dos Comitês de Bacia Hidrográfica, serão indicados pelos seus pares mediante critérios a serem fixados pela Secretarias da Educação e do Meio Ambiente, apresentados em edital publicado pela Secretaria Executiva.

- a) F – V – V.
- b) V – F – V.

- c) V – V – F.
- d) V – F – F.
- e) V – V – V.

37. Leia o texto extraído de Sorrentino, M.; Trajber, T.; Mendonça, P. Educação Ambiental como Política Pública e marque a alternativa incorreta.

- a) O Meio Ambiente como política pública, não pontual, no Brasil, surge após a Conferência de Nairóbi, em 1972, quando, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema nas agendas dos governos, foi criada a SEMA, (Secretaria Especial de Meio Ambiente), ligada à Presidência da República.
- b) A formação de educadores ambientais orienta-se por três eixos pedagógicos indissociáveis: a intervenção socioeducacional como práxis pedagógica, o estabelecimento de comunidades interpretativas e de aprendizagem e o acesso autogerido a cardápios de conteúdos e instrumentos pertinentes à problemática socio-ambiental de cada contexto.
- c) Tendo em vista a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais, que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum.
- d) Por não se tratar de uma disciplina, a Educação Ambiental permite inovações metodológicas na direção do educere — tirar de dentro — por ser necessariamente motivada pela paixão, pela delícia do conhecimento e da prática, voltados para a dimensão complexa da manutenção da vida.
- e) Na Educação Formal, o Órgão Gestor da PNEA, por intermédio do MEC, tem o desafio de apoiar professores a se tornarem educadores ambientais abertos, para atuar em processos de construção de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional, com base em valores voltados à sustentabilidade em suas múltiplas dimensões.

38. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- (i) A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas, revela que o impacto dos humanos sobre o Meio Ambiente, tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.
- (ii) O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global coloca princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as Políticas Públicas de Educação Ambiental e a Sustentabilidade.
- (iii) As dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam cálculo econômico, aspecto biofísico e componente sociopolítico, como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalente.
- (iv) Os grandes acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções, como os casos de Three-Mile Island, nos EUA, em 1979, Love Canal no Alasca, Bhopal, na Índia, em 1984 e Chernobyl, na época, União Soviética, em 1986, estimularam o debate público e científico sobre a questão dos riscos nas sociedades contemporâneas.

Fonte: Jacobi, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.

É verdadeiro o que está posto em:

- a) (i) e (iv) somente.
- b) (ii), (iii) e (iv) somente.
- c) (i), (ii) e (iii) somente.
- d) (i), (iii) e (iv) somente.
- e) (i), (ii), (iii) e (iv).

39. Aprecie os itens, atribua (C) para certo e (E) para errado, depois assinale a alternativa com a sequência correta.

() No processo de transformação do Meio Ambiente, de sua construção e reconstrução pela ação coletiva dos seres humanos – são criados e recriados modos de relacionamento da sociedade com o meio natural, (ser humano-natureza) e no seio da própria sociedade, (ser

humano-ser humano). Ao se relacionar com a natureza e com outros homens e mulheres, o ser humano produz cultura evidenciada por suas manifestações, ou seja, cria bens materiais, valores, modos de fazer, de pensar, de perceber o mundo, de interagir com a própria natureza e com os outros seres humanos, que constituem o patrimônio cultural construído pela humanidade ao longo de sua história.

() No Poder Executivo estão os órgãos que compõem as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal, (Ministérios, Secretarias, Institutos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas, Ministérios Públicos etc.) das quais fazem parte aqueles integrantes do SISNAMA. Neste universo, é bom lembrar a existência dos Ministérios Públicos da União, (Federal, do Trabalho, do Distrito Federal e Territórios) e dos estados que têm desempenhado papel fundamental na proteção do Meio Ambiente do país.

() Como principal responsável pela proteção ambiental, no Brasil, cabe ao Poder Público, por meio de suas diferentes esferas, intervir neste processo, de modo a evitar que os interesses de determinados atores sociais, (madeireiros, empresários de construção civil, industriais, agricultores, moradores etc.), provoquem alterações no Meio Ambiente, que ponham em risco a qualidade de vida da população afetada.

Fonte: Quintas, José Silva. Introdução à Gestão Ambiental Pública.

- a) C – C – C.
- b) E – C – C.
- c) C – E – C.
- d) C – E – E.
- e) C – C – E.

40. Conforme o documento Relatório Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, são objetivos de desenvolvimento sustentável, exceto:

- a) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- b) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva, sustentável e fomentar a inovação.
- c) Proteger o planeta da degradação, por meio do consumo e da produção sustentáveis.
- d) Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- e) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL.

41. A Lei n.º 10019, de 03 de julho de 1998, estabelece que a Zona Costeira, para fins do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, divide-se nos seguintes setores, exceto:

- a) Litoral Norte.
- b) Baixada Santista.
- c) Litoral Leste.
- d) Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia.
- e) Vale do Ribeira.

42. Em conformidade com o Decreto n.º 66002, de 10 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico, no Estado de São Paulo - ZEE-SP, indique a alternativa que complete a lacuna do texto.

A revisão do ZEE-SP, ocorrerá com a periodicidade de _____ anos, considerando-se o prazo estabelecido no inciso I, do art. 8º, da Lei n.º 13798, de 09 de novembro de 2009.

- a) 02
- b) 03
- c) 05
- d) 10
- e) 15

43. Leia as afirmativas e, conforme o Decreto n.º 67430, de 30 de dezembro de 2022, marque a alternativa correta.

I- O Decreto n.º 67430/2022, institui o Zoneamento Ecológico-Econômico, do Estado de São Paulo - ZEE-SP, instrumento de planejamento ambiental e territorial, que estabelece diretrizes de ordenamento e gestão do território, de acordo com as potencialidades, vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas das diferentes regiões do Estado.

II- A Rede ZEE-SP e sua Base de Informação Territorial serão, continuamente, atualizadas de acordo com a periodicidade de dados, indicadores e informações do ZEE-SP, incluindo aqueles compartilhados por órgãos governamentais, não-governamentais e demais usuários.

III- A Zona de Gestão IX, compreende a Região Administrativa de São José dos Campos e é caracterizada por maior vulnerabilidade em relação às diretrizes estratégicas de Resiliência às Mudanças Climáticas, de Redução das Desigualdades Regionais e maior potencialidade na diretriz estratégica de Salvaguarda da Biodiversidade.

- a) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
- c) As afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- d) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- e) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.

44. Segundo a Lei n.º 13798, de 09 de novembro de 2009, análise integrada dos impactos ambientais e socioeconômicos advindos dos empreendimentos humanos, considerando-se a inter-relação e a somatória dos efeitos ocasionados num determinado território, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em seus pilares ambiental, social e econômico, é definição de:

- a) Desenvolvimento sustentável.
- b) Mitigação.
- c) Capacidade de adaptação.
- d) Biota.
- e) Avaliação Ambiental Estratégica.

45. Conceitue a Nota Técnica sobre a RedeZEE - SP 2022, para apontar a alternativa incorreta.

- a) A metodologia de elaboração do ZEE-SP, engloba as etapas de planejamento, diagnóstico, prognóstico e subsídios à implementação do instrumento.
- b) O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), é instrumento técnico e político de planejamento ambiental e territorial.
- c) Estabelecer uma Rede de compartilhamento de informações para planejamento e gestão territorial é um dos objetivos da RedeZEE-SP.
- d) A RedeZEE-SP, oferece uma oportunidade para a construção de uma visão pactuada sobre o desenvolvimento sustentável paulista, em escala nacional.
- e) A Rede ZEE-SP, tem como objetivo a estruturação de uma plataforma tecnológica que permite a interação entre os diversos atores que atuam no Planejamento e Gestão Territorial Ambiental Integrada.

46. Aprecie os itens, atribua (C) para certo e (E) para errado, depois assinale a alternativa com a sequência correta, conforme a Resolução SEMIL n.º 036, de 31 de março de 2024.

() O Programa Município VerdeAzul – PMVA – tem como objetivo estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de políticas públicas, estratégicas locais, visando desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

() A participação dos municípios no Programa Município VerdeAzul – PMVA – é obrigatória, devendo ser formalizada por meio da assinatura do Termos de Adesão, a cada nova gestão municipal.

() Ao final de cada Ciclo PMVA, a comprovação das ações será feita por documentos que atestem o cumprimento de cada tarefa, a serem inseridos pelos municípios no Sistema Informatizado, conforme critérios estabelecidos no Manual de Orientação.

- a) E – C – C.

- b) C – E – E.
- c) C – E – C.
- d) C – C – E.
- e) C – C – C.

47. Qual alternativa contraria as determinações da Lei n.º 12305, de 2 de agosto de 2010?

- a) Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública, relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.
- b) É permitida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal.
- c) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final, ambientalmente, adequada dos rejeitos.
- d) O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.
- e) Para os efeitos da Lei n.º 12305/2010, os resíduos sólidos são classificados quanto à origem e à periculosidade.

48. O Decreto n.º 65881, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre a adesão do Estado de São Paulo às campanhas "Race to Zero" e "Race to Resilience", no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, determina a implementação, sob a coordenação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, do Plano de Adaptação Climática, _____, que deverá contemplar análise de riscos e vulnerabilidade climática para o Estado de São Paulo.

Qual alternativa completa o texto?

- a) em até 06 meses
- b) em até 12 meses
- c) em até 18 meses
- d) em até 24 meses
- e) em até 30 meses

RECURSOS HÍDRICOS.

49. A Lei n.º 7663, de 30 de dezembro de 1991, estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Segundo ela, assinale a alternativa incorreta.

- a) Nas bacias hidrográficas, onde os problemas relacionados aos recursos hídricos assim o justificarem, por decisão do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação do Conselho de Recursos Hídricos, poderá ser criada uma entidade jurídica, com estrutura administrativa e financeira própria, denominada Agência de Suporte Hídrico.
- b) O produto da participação ou a compensação financeira do Estado, no resultado da exploração de potenciais hidroenergéticos em seu território, será aplicado, prioritariamente, nos programas mencionados no art. 5º, da Lei n.º 7663/1991, sob as condições estabelecidas em Lei específica e em regulamento.
- c) A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá, entre outros ao princípio: gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos, qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico.
- d) Sempre que da infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.
- e) Integrarão o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na forma como dispuser o regulamento da Lei n.º 7663, de 30 de dezembro de 1991, representantes de universidades, institutos de ensino superior e de pesquisa, do Ministério Público e da sociedade civil organizada.

50. Nos termos da Lei n.º 9433, de 08 de janeiro de 1997, analise as afirmações e identifique a alternativa correta.

I- Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados, prioritariamente, na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

II- São objetivos do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos: reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil; atualizar, permanentemente, as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o Território Nacional; fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

III- Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação: a totalidade de uma bacia hidrográfica, sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário, ou grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

- a) Somente I e II são verdadeiras.
- b) Somente III é verdadeira.
- c) Somente II e III são verdadeiras.
- d) Somente II é verdadeira.
- e) I, II e III são verdadeiras.

51. Considere o Relatório conjuntura ANA 2021 para assinalar a alternativa que apresenta afirmação inverídica.

a) A evaporação líquida representa uma extração de água, uma perda inerente que gera indisponibilidade para outros usos, inclusive para o uso primário motivador da existência do reservatório.

b) Os usos podem ser classificados em consuntivos, (que consomem água), não consuntivos, (não consomem diretamente, mas dependem da manutenção de condições naturais ou de operação da infraestrutura hídrica).

c) A evaporação líquida de reservatórios artificiais é dada pela diferença entre a evaporação real do reservatório, (evaporação bruta do lago), a evapotranspiração real esperada para a mesma área, caso não exista o reservatório.

d) O uso não consuntivo setorial da água no Brasil, ocorre principalmente para irrigação, abastecimento humano, abastecimento dos rebanhos, indústria, geração termelétrica e mineração.

e) Os reservatórios artificiais atendem a diversos usos como irrigação, abastecimento público, dessedentação animal, geração de energia hidrelétrica, navegação, pesca, turismo, lazer e acumulação de rejeitos.

52. A Resolução CONAMA n.º 357, de 17 de março de 2005, estipula que as águas doces, salobras e salinas, do Território Nacional, são classificadas segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes, em _____ classes de qualidade.

Qual alternativa completa a lacuna?

- a) quinze
- b) treze
- c) onze
- d) dez
- e) cinco

53. Em conformidade com Portaria GM/MS n.º 888, de 4 de maio de 2021, relacione as Colunas e marque a alternativa com a sequência correta.

Coluna I.	Coluna II.
(1) Plano de ação.	() Água que atenda ao padrão de potabilidade estabelecido neste Anexo e que não ofereça riscos à saúde.
(2) Água para consumo humano.	() Conjunto de ações, procedimentos e protocolos que visam corrigir, no menor tempo possível, situações de risco à saúde, identificadas em SAA ou SAC.
(3) Água potável.	() Conjunto de valores permitidos para os parâmetros da qualidade da água para consumo humano, conforme definido no Anexo da Portaria GM/MS n.º 888/2021.
(4) Padrão de potabilidade.	() Água potável destinada à ingestão, preparação de alimentos e à higiene pessoal, independentemente da sua origem.

- a) 3 – 1 – 4 – 2.
b) 1 – 3 – 2 – 4.
c) 4 – 2 – 1 – 3.
d) 2 – 3 – 4 – 1.
e) 4 – 1 – 3 – 2.

54. No Caderno de Educação Ambiental - Recursos Hídricos 2014, encontramos a seguinte informação: o ciclo hidrológico é o *moto perpétuo* da água entre oceanos, atmosfera e continentes, no processo constante de renovação quantitativa e qualitativa da água, em períodos variáveis, de horas a milênios - de uma altura de _____ acima da superfície, à profundidade de quase _____ - para devolver ao planeta a água, doce, livre de impurezas e possibilitar a vida.

Indique a alternativa que complete, respectivamente, as lacunas do texto.

- a) 15 quilômetros / 50 quilômetros
b) 20 quilômetros / 60 quilômetros
c) 15 quilômetros / 05 quilômetros
d) 30 quilômetros / 100 quilômetros
e) 25 quilômetros / 45 quilômetros

55. O Decreto n.º 64636, de 04 de dezembro de 2019, determina que os procedimentos e critérios para cadastramento e eleição dos representantes da sociedade civil serão propostos pelo:

- a) CRH, aprovados pelo CORHI e publicados em edital 90 dias antes da eleição.
b) CORHI, aprovados pelo CRH e publicados em edital 60 dias antes da eleição.
c) CORHI, aprovados pelo CRH e publicados em edital 45 dias antes da eleição.
d) CORHI, aprovados pelo CRH e publicados em edital 30 dias antes da eleição.
e) CRH, aprovados pelo CORHI e publicados em edital 60 dias antes da eleição.

56. Considerando-se o que determina o Decreto n.º 65499, de 04 de fevereiro de 2021, avalie os itens e assinale a alternativa devida.

I- Para o exercício de suas atribuições, o Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO, contará com a colaboração de uma Secretaria Executiva – SECOFEHIDRO.

II- Caberá ao Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente determinar a adoção dos procedimentos necessários à formalização de qualquer dos instrumentos jurídicos previstos no art. 1º, do Decreto n.º 65499/2021.

III- O exercício das atividades previstas no § 1º, art. 1º, do Decreto n.º 65499/2021, pelos agentes técnicos acarretará às pessoas jurídicas de direito privado não integrantes da Administração Pública, o impedimento de receber recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO.

- a) É correto somente o item I.
b) É correto somente o item II.
c) É correto somente o item III.
d) São corretos somente os itens I e III.

e) São corretos os itens I, II e III.

AGRICULTURA.

57. Indique a alternativa verdadeira, conforme o Decreto Federal n.º 9064, de 31 de maio de 2017.

1- Empresa Familiar Rural é aquela constituída com a finalidade de beneficiamento, processamento ou comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formada, exclusivamente, por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa no CAF.

2- Unidade Familiar de Produção Agrária é o conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele.

3- Empreendimento Familiar Rural, instituído por pessoa jurídica e constituído com a finalidade de produção, beneficiamento, processamento ou comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formado, exclusivamente, por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa na UFPA.

a) Apenas item 2 é correto.

b) Apenas item 1 é correto.

c) Apenas os itens 1 e 2 são corretos.

d) Apenas os itens 2 e 3 são corretos.

e) Os itens 1, 2 e 3 são corretos.

58. Atribua (C) para certo e (E) para errado, depois assinale a alternativa com a sequência correta, à luz do Decreto Estadual n.º 64842, de 05 de março de 2020.

() O PRADA conterà a individualização das áreas rurais consolidadas e das obrigações de regularização, com a descrição detalhada de seu objeto, o cronograma de execução e de implantação das fases do projeto, com metas bianuais a serem atingidas.

() A Secretaria de Agricultura e Abastecimento deverá orientar as medidas de regeneração e de recomposição da vegetação, bem como as de compensação da Reserva Legal, considerando o objetivo de regularização ambiental do imóvel rural e o equilíbrio econômico-social do projeto a ser apresentado.

() A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apreciará com prioridade os pedidos de compensação de Reserva Legal com áreas inseridas em Unidades de Conservação pendentes de regularização fundiária.

a) E – C – C.

b) C – E – E.

c) C – E – C.

d) E – E – C.

e) C – C – C.

59. Considerando-se o que determina a Lei Estadual n.º 15684, de 14 de janeiro de 2015, assinale a alternativa incorreta.

a) O Programa de Regularização Ambiental – PRA – deve ter sua implantação iniciada no prazo de até cento e oitenta dias, contado da data da publicação desta lei, prazo este prorrogável por uma vez e pelo mesmo período, por ato do Chefe do Poder Executivo.

b) Havendo notificação ao proprietário ou possuidor rural com base em imagens de geosensoriamento, a mesma deverá acompanhar o documento, contendo a identificação da cena pela data de captura da imagem, a indicação do satélite utilizado, a sua compatibilidade com as imagens georeferenciadas utilizadas no CAR, bem como a sua disponibilização em arquivo digital durante todo o prazo para atendimento das informações solicitadas na notificação.

c) Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que disponham de mais de uma propriedade ou posse, em área contínua, deverão efetuar única inscrição para esses imóveis.

d) Os prazos previstos no cronograma de execução do PRA poderão ser revistos mediante

requerimento motivado do interessado, respeitado o prazo previsto no art. 9º, da Lei Estadual n.º 15684/2015.

e) O órgão ambiental competente deverá monitorar, permanentemente, por meio de sensoriamento remoto, a veracidade das informações declaradas e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo proprietário ou possuidor do imóvel rural cadastrado, sendo-lhe facultado realizar vistorias de campo, sempre que julgar necessário, com notificação do interessado para acompanhar a vistoria.

60. De acordo com a Lei Estadual n.º 16684, de 19 de março de 2018, são diretrizes da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, exceto:

a) A conservação dos ecossistemas naturais, a restauração e recomposição dos ecossistemas degradados ou modificados com a adoção de métodos e práticas agroecológicas e a promoção dos agroecossistemas sustentáveis.

b) O resgate, produção e troca de mudas e sementes crioulas, orgânicas e variedades, incluindo o apoio ao estabelecimento e funcionamento de casas e bancos de sementes comunitários.

c) A promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, em consonância com as demais ações de desenvolvimento agropecuário do Estado.

d) A implementação de políticas de estímulos que favoreçam a transição agroecológica e a produção orgânica.

e) O fortalecimento das agricultoras e agricultores na gestão e na conservação dos bens naturais com vistas à manutenção da sociobiodiversidade, respeitando os ciclos de renovação do meio ambiente.

61. Ficam dispensados da outorga para interferência em recursos hídricos e da obtenção de autorização para intervenção em área de preservação permanente - APP, os barramentos e reservatórios que atendam as seguintes condições:

I- Área de inundação na cota do nível de água normal de até 30.000 metros quadrados (2ha) e volume de armazenamento total, nessa cota, de até 60.000 metros cúbicos.

II- Inexistência de vegetação nativa protegida, do Bioma Cerrado ou Mata Atlântica, nos estágios inicial, médio ou avançado nas áreas de preservação permanente que sofrerão intervenção com a construção do barramento ou reservatório e com seu enchimento, somente sendo admitida a supressão de vegetação pioneira ou exótica.

III- Não apresentem, a jusante do maciço do barramento, habitações ou empreendimentos, numa distância mínima de duas vezes o comprimento do reservatório formado.

Qual(is) item(ns) contraria(m) a Resolução Conjunta SAA/SIMA 04/2022, de 29/07/2022?

a) II.

b) III.

c) II e III.

d) I e III.

e) I.

62. Conforme as especificações contidas no art. 2º, da Resolução SMA 189/18, de 20/12/2018, marque a alternativa inverídica.

a) Inventário: conjunto de procedimentos utilizados para caracterizar quantitativa e/ou qualitativamente os recursos vegetais em determinada área.

b) Banco de Plântulas: conjunto de indivíduos em desenvolvimento de espécies arbóreas, arbustivas e palmeiras no bosque florestal, com altura de até cinquenta centímetros.

c) Área de Vegetação Natural: área do imóvel rural inscrita como vegetação nativa no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

d) Espécies Nativas do Brasil: espécies originadas, naturalmente, dentro dos limites geográficos do Território Brasileiro.

e) Estoque Existente: quantidade disponível do produto a ser explorado na área de manejo.

63. Atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e marque a alternativa correta, em conformidade com a Resolução Conjunta SAA/SIMA 003/2020, de 16/09/2020.

() O cronograma de implantação das fases do PRADA deverá prever a sua conclusão em até 10 anos, abrangendo, no mínimo, a recomposição de 1/10 da área total a ser recuperada a cada 3 anos, priorizando-se a recomposição das Áreas de Preservação Permanente.

() A declaração no SICAR-SP, por parte dos proprietários ou possuidores dos imóveis rurais, da adoção de eventuais ações corretivas necessárias ao alcance dos indicadores de recomposição da vegetação nativa será facultativa, bastando o registro das informações referentes aos indicadores.

() O reconhecimento, no curso do acompanhamento, do não atingimento dos indicadores de recuperação nos prazos inicialmente previstos no PRADA, não implicará inadimplemento do projeto de recuperação, sempre que este puder ser aditado ou corrigido para atender as finalidades inicialmente previstas.

a) V – V – F.

b) F – V – V.

c) V – F – V.

d) F – F – V.

e) V – V – V.

64. Marque a alternativa incorreta em relação à Resolução Conjunta SMA/SAA 003/2018, de 06/04/2018.

a) O Grupo Executivo notificará o signatário, quanto à suspensão da vigência do Certificado Etanol Mais Verde, por meio de e-mail a ser enviado ao contato indicado na carta de intenções e/ou nas informações anuais apresentadas pela signatária.

b) O não atendimento às solicitações do Grupo Executivo ensejará o indeferimento do pedido de adesão ao Protocolo Etanol Mais Verde.

c) Os interessados em aderir ao Protocolo Etanol Mais Verde deverão protocolar o respectivo Plano de Ação, no prazo máximo de noventa dias, contados do protocolo da carta de Intenções.

d) A carta de intenções deverá ser instruída com o Contrato Social/Estatuto Social, ou Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, do interessado em aderir ao Protocolo Etanol Mais Verde.

e) O Grupo Executivo poderá suspender a vigência do Certificado Etanol Mais Verde, sempre que forem constatadas quaisquer inconformidades nas informações apresentadas pela signatária, que indiquem o não atendimento das Diretivas Técnicas do Protocolo Etanol Mais Verde.